

Eduardo Garuti Noronha
Prof. da Universidade Federal de São Carlos

Vera Gebrin e Jorge Elias Jr.

(Pesquisadores do Dieese)

**Explicações para um ciclo excepcional de greves:
o caso brasileiro
(versão preliminar)**

LASA 98 -- Latin American Studies Association
XXI International Congress

Título do Painel: Brazil's New Unionism at Twenty: Institutional Legacies, Strategic
Adaptation and the Dynamics of Political Identity

Chair: Jeffrey B. Sluter Beltrão
Chicago, 24-26 de setembro de 1998

Explicações para um ciclo excepcional de greves: o caso brasileiro

Eduardo Noronha, Vera Gebrim e Jorge Elias Jr.

APRESENTAÇÃO

Este *paper* discute o significado do ciclo de greves iniciado no Brasil em 1978 e que, após ter atingido seu auge em 1989, entrou em declínio na década de 90. A partir dessa constatação e da descrição das principais características do ciclo de greves chegamos a três conclusões primordiais. Em primeiro lugar, que esse foi um ciclo sem precedentes na história brasileira, pelo seu volume e características. Em segundo lugar, que o volume de greves atingiu no Brasil um dos maiores níveis na história dos países ocidentais, sendo, portanto, necessário encontrar as peculiaridades brasileiras que explicam tal fenômeno. Em terceiro lugar, observou-se no Brasil o declínio acentuado das greves nos anos 90, o que nos leva a levantar hipóteses que expliquem a rápida mudança no comportamento dos indicadores de greves. A análise do caso brasileiro comprava aquilo que várias outras pesquisas internacionais haviam apontado, isto é, a impossibilidade de reduzir as explicações dos ciclos de greves a apenas uma ou duas variáveis fixas. Trata-se de um fenômeno de determinação complexa e mutável.

Este *paper* está dividido em 3 partes. Na primeira parte apresentamos a fenomenologia do ciclo brasileiro de greves iniciado em 1978 na principal área industrial do país, o ABC paulista. Isto é, destacamos suas principais características em termos de regiões, categorias e segmentos de trabalhadores, dando especial atenção ao comportamento diferenciado dos setores público e

privado e às razões que explicam a expansão ou retração de greves de determinados segmentos. Além disso, argumentamos que as greves brasileiras apresentam, como na maior parte dos países, um comportamento cíclico de médio prazo, e não aleatório ou com oscilações abruptas segundo as conjuntura políticas e econômicas de curto prazo. Esse ciclo brasileiro durou cerca de 14 ou 15 anos, subdividido em dois períodos: o primeiro, de expansão (de 1978 a 1984) e o segundo de expansão das greves, de 1985 a 1991. O ano de 1992 marca o declínio do ciclo. A partir de então, e apesar de oscilações não desprezíveis, as greves apresentam relativa estabilidade com um volume de conflitos médio para os padrões internacionais - ver gráficos 1,2,3. Embora em termos de volume o padrão atual (de 1992 até hoje) não seja muito discrepante do observado para os anos do reinício das greves até o fim do governo Figueiredo (1978-84) as sinalizações dessas fases são muito distintas. No início da década de 80 a tendência era ascendente enquanto na nesta década de 90 o volume¹ de conflitos tem sido relativamente estável e possivelmente declinante.

Comportamentos cíclicos tendem a indicar que a variação do volume de greves não se deve a mudanças menores de indicadores de emprego, renda ou inflação ou, no campo da política, anos eleitorais. Tais elementos influenciam a eclosão de paralisações, mas dificilmente explicam mudanças de sinalizações do ciclo de greves, seja no sentido ascendente ou descendente. O ciclo em si, portanto, é marcado por mudanças expressivas nas conjunturas políticas e econômicas. No caso brasileiro ambas estiveram associadas.

Na segunda parte discutimos o quanto as principais teorias sobre ciclos grevistas são capazes de explicar o caso brasileiro. Argumentamos que as

análises sobre greves tendem a sobrevalorizar as variáveis econômicas, ou tratar das variáveis política de forma excessivamente macro, seja destacando as greve como expressão de conflitos de classe (as análises marxistas tradicionais), como expressão de conflitos político partidários (Korp and Shalev 1980) ou como expressão de institucionalização da greve (Tilly 1978). Embora todas essas explicações possam ter validade para o caso brasileiro, especialmente Tilly, argumentamos que as teorias não dão conta dos ciclos oriundos de processos de transição política recentes, pois foram elaboradas com base na análise dos casos europeus e norte-americanos, excluindo as experiências recentes dos países do sul da Europa e da América Latina.

Na terceira parte, analisamos as variáveis que explicam as características centrais e o comportamento desse ciclo, principalmente salários, inflação, desemprego e algo que poderíamos vagamente englobar em "sinalizações políticas", sejam as da fase de liberalização do processo de democratização, da fase de consolidação da democracia simbolizada pela Constituição de 1988 ou as de apelo ao aumento da produtividade e competitividade brasileira no mercado internacional, que se iniciaram no governo Collor e que, em grande parte, alteraram toda a agenda sindical dos anos 90 em relação aos anos 80. Tais "sinalizações" mudam a tendência da opinião pública de forma relativamente independente das variáveis econômicas tradicionais como emprego e inflação. Neste item, sustenta-se que a conjunção de fatores favoráveis à eclosão de greves verificada no Brasil dos anos 80 só encontra paralelos em países que passaram por transições políticas nas décadas de 70 e 80. Propomos, por fim, um conjunto de variáveis explicativas de greves que contemplem tanto aquelas tradicionais e mensuráveis, de caráter

¹ Por volume de greves tomo o indicador síntese de Jornadas de trabalho perdidas (working-day lost).

econômico e político, que potencializam a eclosão de greves ,como variáveis a respeito da percepção dos atores (incluindo a opinião pública, além de empregados e empregadores) sobre a possibilidade e oportunidade da eclosão de greves.

I - Notas sobre a evolução das greves no Brasil

A partir de 1978 assistiu-se no Brasil a deflagração crescente de greves nas mais diversas categorias e regiões do país. As paralisações se alastraram a partir das montadoras do ABC paulista, e revelaram um potencial de conflitos de trabalho que havia sido encoberto pela força dos governos militares. A partir de então, o Brasil tornou um dos países com maior incidência de greves, o que representou uma ruptura com seu histórico de conflitos do trabalho.

A literatura brasileira sobre sindicalismo constatou a eclosão de greves desde o final do século passado. Nesse período inicial da industrialização brasileira ocorriam em média menos de duas greves por ano no Estado de São Paulo². Ao longo do século, tal como em todas as sociedades em processo de industrialização, as paralisações se tornaram mais frequentes, atingindo a média de 43 ao ano durante o período democrático populista (da redemocratização de 1945 ao golpe militar de 1964) - ver Tabela 1. Durante este período, as greves foram se tornando cada vez mais corriqueiras. Somados, os dois últimos anos pré golpe de 64 acumulam mais de 200 greves. A partir de então, durante os governos militares, as ações sindicais tornaram-se cada vez mais raras, com a prisão de dirigentes sindicais e as intervenções nos sindicatos. Até 1978 as greves eram ainda raras,

² Todos os dados das greves deflagradas até 1945 aqui apresentados foram retirados do trabalho de (Simão 1981), cuja pesquisa restringe-se ao Estado de São Paulo. Contudo, é razoável supor que elas representassem a grande maioria, o que nos permite tomá-las como parâmetro do padrão nacional da época.

apesar do ambiente crescentemente propício em função dos processos rápidos de urbanização e industrialização. Não há estatísticas confiáveis para o período pré-64, particularmente pré-45. De todo modo, os levantamentos parciais dos estudiosos brasileiros parecem indicar baixo grau de atividade sindical em comparação aos países de tradição industrial e operária, como França, Inglaterra, Estados Unidos ou alguns dos vizinhos Latino Americanos, como Argentina e Chile. A economia predominantemente agrária, a urbanização ainda em processo, o tradicionalismo das relações de trabalho e a estrutura corporativa sindical implantada por Getúlio Vargas foram os ingredientes determinantes dessa baixa atividade.

Grosso modo, as razões de deflagração das greves de todo o período que antecede o *Novo Sindicalismo* assemelham-se às do ciclo 1978-1991: predominavam salários, em primeiro lugar, e condições de trabalho. Naturalmente, alguns temas saíram de pauta ou se tornaram menos frequentes com a evolução não apenas das relações de trabalho, mas dos próprios valores e padrões de vida da sociedade. Por exemplo, eram comuns greves exigindo o fim dos castigos físicos aos menores de idade ou o fim das multas pagas pelos trabalhadores. Outro tema era o pedido de reconhecimento por parte da empresa do sindicato como representante dos trabalhadores.

TABELA 1	
Média anual de greves no Brasil por períodos político-econômicos	
	média anual
1888-1900 Abolição - fim do século (a)	2
1901-1914 Pré-guerra (a)	9
1915-1929 Da guerra a crise de 29 (a)	8
1930-1936 Vargas -- Primeira fase (a)	12
1937-1944 Estado Novo (a)	1
1945-1964 Democracia (populismo) (b)	43
1965-1968 Militares (Castelo - Costa e Silva) (b)	13
1969-1977 Militares ('duros') (c)	0,0
1978-1984 Militares (abertura) (d)	259
1985-1990 Sarney/ Collor (d)	2203
1991-1992 Collor (d) (e)	978
1992-1997 Itamar/FHC (f)	926
Fontes:	
(a) (Simão 1981) Sindicato e Estado. Dados referem-se apenas ao Estado de S.Paulo.	
(b) (Sandoval 1993) Social Changes and Labour Unrest in Brasil since 1945	
(c) Não há informações coletadas para esse período	
(d) NEPP/UNICAMP. Pesquisa: Acompanhamento de Greves no Brasil.	
(e) Desepe	
(f) DIEESE. Banco de Dados Sindicais	

O final da década de 70 representou uma ruptura da história das relações de trabalho no Brasil em vários sentidos. Em primeiro lugar, rompe-se a tradição populista na qual a relação entre sindicatos e governo era ambígua entre favorecimento e conflito. Embora a estrutura sindical tenha sido mantida até a Constituição de 1988, as relações entre governo e sindicatos mudaram substancialmente. Os dois períodos militares "duros", e "abertura" foram decididamente marcados pelo confronto entre governo e sindicatos e no governo de transição de Sarney houve algumas tentativas de aproximação através de pactos políticos.

As alterações do sistema partidário durante a transição política também implicaram em outra ruptura importante no sistema de relações de trabalho. O MDB cindiu-se em dois partidos cada um deles enfatizando temas diferentes da pauta da transição e tendo assim funções claramente separadas na transição política. Ao PMDB coube a chefia do processo de transição política para a democracia e ao PT coube o papel de representante dos interesses sindicais. A forma como o PT se excluiu e foi excluído da aliança que efetivou a transição para a democracia impediu qualquer possibilidade de pactos consistentes entre sindicatos e governo sobre temas trabalhistas.

Outra ruptura diz respeito à própria natureza de uma transição política para a democracia que se deu após um longo período de autoritarismo. Tal ruptura têm implicações importantes para a lógica da ação coletiva. Isto é, a probabilidade que ações coletivas ocorram em períodos de instauração ou reinstauração de democracias é naturalmente maior, já que a opinião pública é sistematicamente estimulada à participação. Do ponto de vista das greves, portanto, momentos de ruptura política ou de longa estabilidade impõem lógicas diferentes ou, mais precisamente, graus diferentes de estímulo à ação coletiva.

Sob governos militares, o conflito trabalhista não pode ser expresso, dado o autoritarismo reinante nos locais de trabalho, e mesmo quando ocorriam não tinham dimensão pública, dado o controle governamental sobre os órgãos de comunicação. Ao mesmo tempo, o país mudava consideravelmente em direção a uma estrutura social com potencial significativamente maior de conflitos do trabalho. Entre 1960 e 1980 o país tornou-se mais urbano e industrial³. Para completar o quadro, os indicadores econômicos também favoreceram a eclosão: as

taxas de crescimento do PIB, após o *boom* do início dos anos 70 tornam-se declinantes e a inflação crescente.

É a partir desse conjunção de variáveis que eclodiu no Brasil o primeiro longo ciclo de greves. Além disso foi um ciclo cujo pico no final dos anos 80 colocou o país entre os de maior incidência de greves no mundo. De 1978 a 1997 identificamos três fases claramente distintas e coincidentes com os marcos de mudança política no país. A primeira (1978-1984) ascendente, de constituição de um sindicalismo grevista que se espalhou de São Paulo para as outras regiões do país; a segunda de explosão do movimento grevista durante o governo Sarney (1985-89) e a terceira de declínio durante o governo Collor (1990-1992). Aparentemente podemos tomar como data final desse ciclo o ano de 1992. A partir de então abre-se uma nova fase de relativa estabilidade de greves no Brasil em níveis médios (nas comparações internacionais), embora com variações relativamente importantes a ano. Ver gráficos 1, 2 e 3.

³ (MTb 1987)

GRÁFICO 1

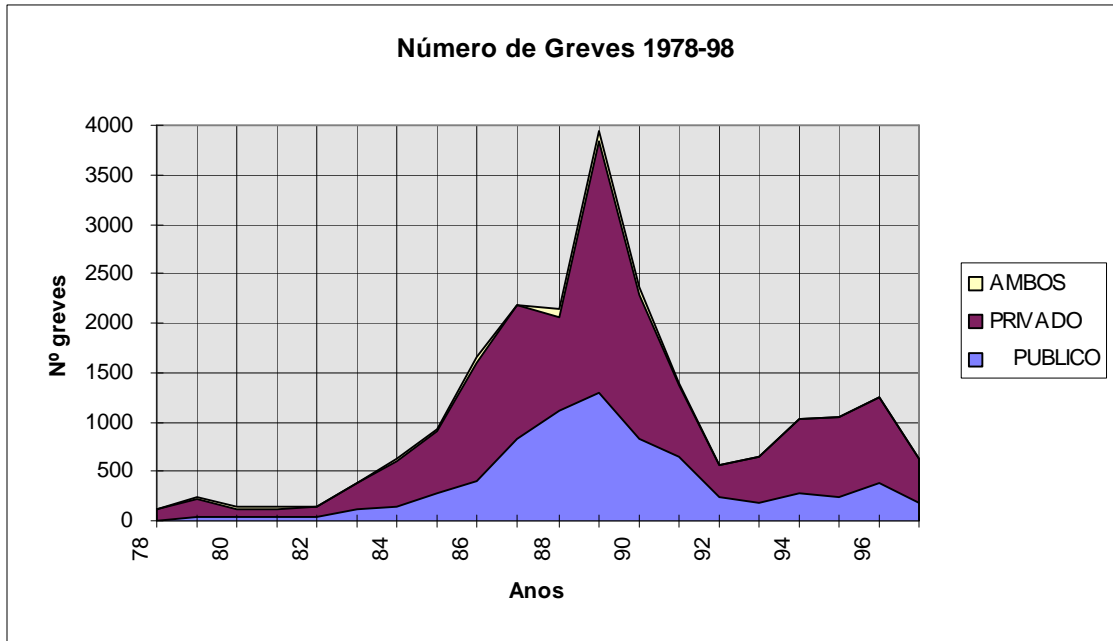


GRÁFICO 2

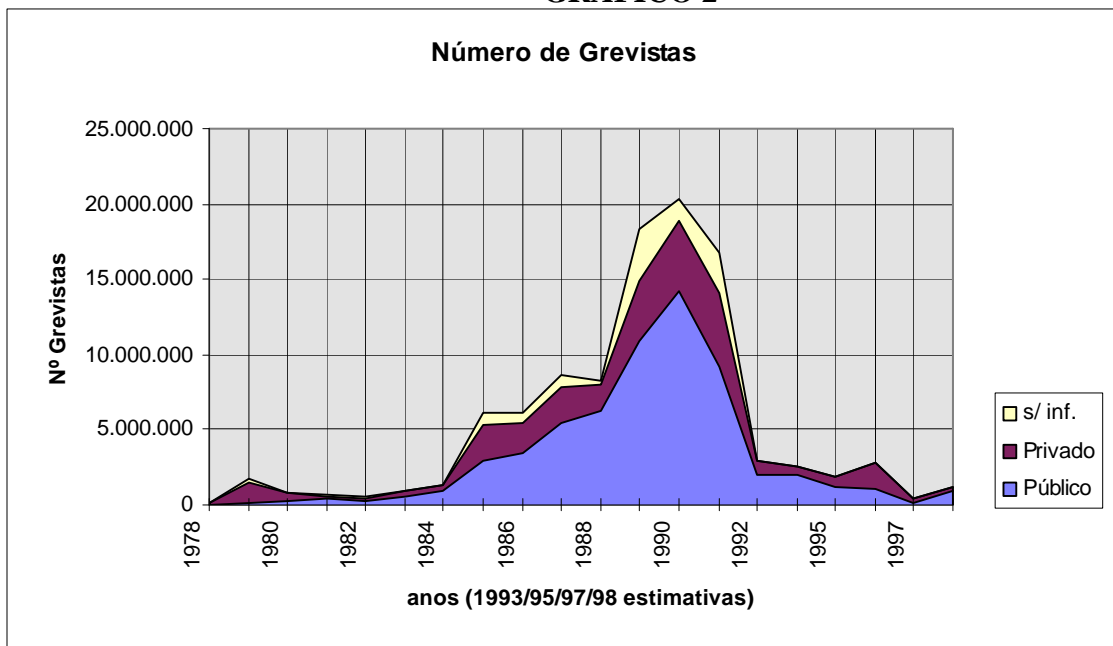


GRÁFICO 3

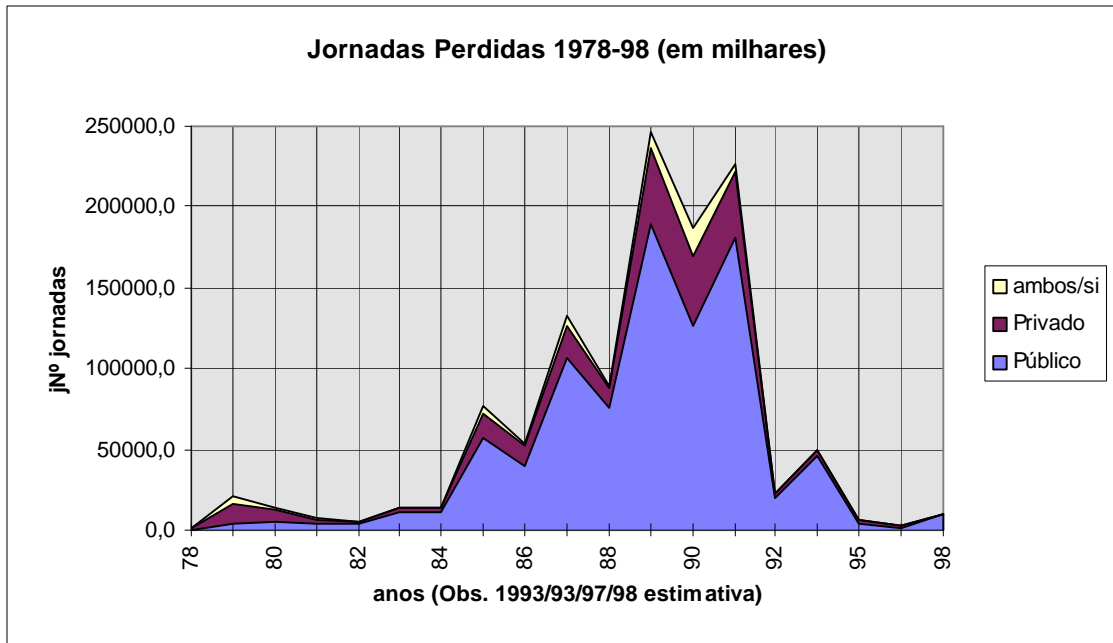
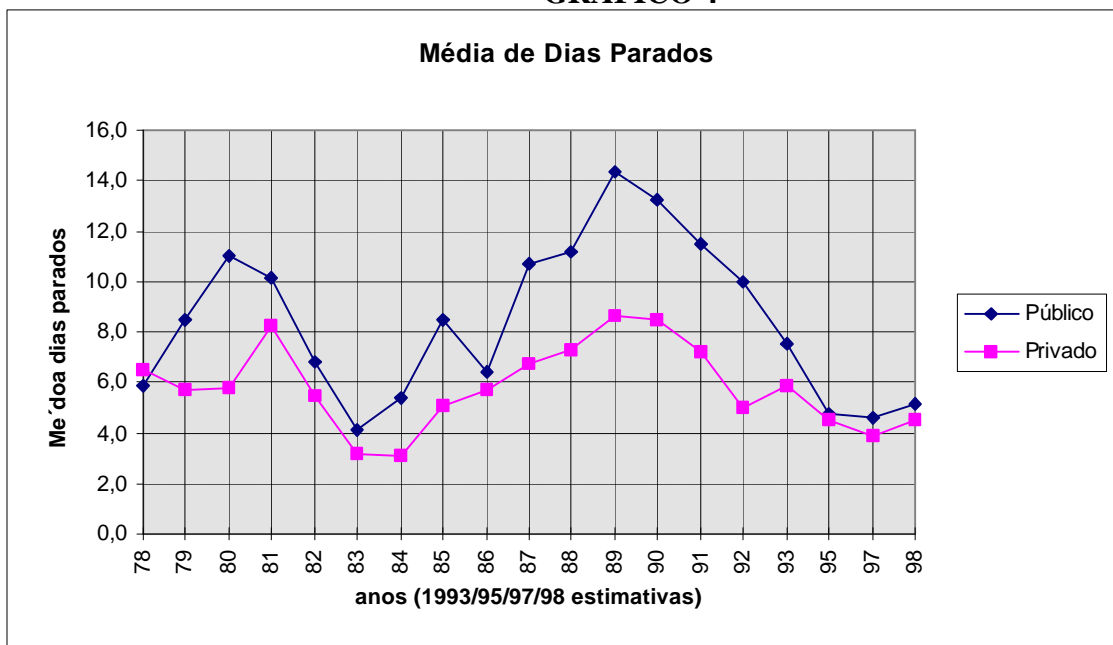


GRÁFICO 4



A análise da série de informações disponíveis permite a identificação de alguns períodos diferenciados no ciclo grevista. O período compreendido entre 1978 e 1984 caracteriza-se pela recuperação da função de defesa dos salários do sindicato e pela definição e consolidação da estratégia grevista como uma das formas de reconquista da cidadania política. Esse período contém três fases distintas.

A primeira fase (1978-1979) foi marcada pela realização de várias e importantes greves, que se concentram no setor privado e acabaram por definir as características da atuação sindical que marcaram este período. Essas greves tiveram um caráter inaugural e o êxito de sua estratégia levou à disseminação dessa prática e introduziu os trabalhadores e suas lideranças no cenário políticos nacional.

Quanto às categorias envolvidas nos movimentos paredistas durante essa primeira fase, nota-se que em 1978 há uma forte concentração na área metalúrgica do ABC, espalhando-se rapidamente para outros municípios, estados e categorias do setor privado. Em 1979, destacaram-se, além dos metalúrgicos, os trabalhadores da construção civil, médicos e professores -- (Noronha 1992)

A segunda fase, entre os anos de 1980 e 1982, foi marcada pela retração do movimento grevista, em função da conjuntura política e econômica desfavorável, com o início do período recessivo e conseqüente aumento de taxas de desemprego; a instabilidade do processo de transição política, com o atentado do Riocentro; e as sinalizações governamentais de que manifestações sindicais não seriam facilmente aceitas no processo de abertura política. É também nesse momento que o empresariado, a princípio surpreendido pela ação sindical, começa a articular uma reação mais consistente, através da organização de associações.

Diante desse cenário, no primeiro momento o movimento sindical optou pela estratégia de confronto, com a realização de poucas greves, porém longas e abrangentes, que envolvem as mesmas categorias da fase inicial. Entretanto, especialmente a partir do atentado do Riocentro, o movimento sindical voltou-se à sua organização interna, o que levou à intensificação das atividades, no sentido da criação das centrais dos trabalhadores. No período 80-82 houve então retração de todos os indicadores em relação aos anos iniciais de 1978-79: número de greves, de grevista e de jornadas.

Na terceira fase (1983 e 1984), além da relativa retomada das greves do setor privado, houve a extensão definitiva desse tipo de conflito para o setor público, envolvendo secretarias, ministérios e empresas públicas.

É nesse momento, com a posse dos governadores eleitos pelo voto direto, cujo interesse era buscar legitimidade enquanto liderança democrática, que as greves passaram a ser consideradas um recurso viável e menos sujeito à repressão. Essa tendência dos governos estaduais reflete-se no nível federal, já que oferece parâmetros comparativos à sua prática repressiva.

No período 1978-84, a afirmação do direito sindical de defesa dos interesses econômicos dos trabalhadores realizava-se em duas frentes de conflito: trabalhadores e empresários e trabalhadores e governo. A partir de 1985, o conflito passou a ser, fundamentalmente, entre cada sindicato de empregados e as empresas ou sindicatos patronais. Foi nesses anos finais do governo Figueiredo que as greves se tornaram corriqueiras, cotidianas. Para as lideranças o risco político de deflagrar greves foi consideravelmente reduzido.

Com o governo Sarney, que tinha como postura predominante a liberalização da lei de greve, embora ainda estivessem presentes as mesmas

restrições legais ao seu direito, amenizou-se um dos principais conflitos entre sindicalistas e governo. Mais tarde, com a nova Constituição de 1998, o direito de greve foi reafirmado.

Assim, enquanto nos anos anteriores os trabalhadores readquiriram cidadania política pela sua capacidade de pressão, não legitimada pelo Estado, a partir desse período suas lideranças firmaram-se como interlocutores válidos do governo.

A partir daí, através das greves, consolidou-se um novo padrão de relações entre empregados e empregadores no Brasil e abriu-se o caminho para a disseminação da negociação e a redução do poder discricionário dos empregadores. Em 1985, mais do que em qualquer outro ano, inúmeros segmentos realizaram sua primeira greve, inaugurando o que chamamos aqui de "*auge do ciclo*", que vai até 1990/91.

Desde então, acelerou-se o processo de incorporação e diversificação das categorias envolvidas no movimento, tanto no setor privado como público. No setor privado, as greves dos trabalhadores não industriais ganharam maior importância. No setor público, o destaque foi a crescente incorporação dos funcionários municipais -- (Noronha 1992). Isto é, tanto num como no outro setor houve diversificação dos segmentos grevistas. É possível que esse processo continue até hoje, embora num ritmo mais lento.

O ano de 1986, marcado pela edição do Plano Cruzado, teve efeitos bastante diferenciados sobre a capacidade de mobilização e de negociação dos diferentes segmentos. Assim em setores oligopolizados, a rigidez imposta aos preços dos produtos dificultava as negociações. Já nos setores menos sujeitos aos controles de preços, cujas empresas estavam pressionadas pelo aumento da

demanda, as paralisações, curtas e localizadas, colocavam-se como alternativa -- (Noronha 1992).

A partir de 1987, com o fracasso das tentativas de estabilização da economia e das tentativas de pactos, agravou-se o conflito distributivo na área privada. Também no setor público, em função da crise financeira, radicalizaram-se as negociações.

No primeiro semestre de 1989, a ausência de regras para reajustes salariais, a proximidade das eleições presidenciais e ameaça da hiperinflação elevaram os conflitos trabalhistas a níveis inéditos em ambos os setores, privado e público -- quase 4 mil greves e mais de 18 milhões de grevistas e quase 250 milhões de jornadas perdidas -- Gráficos 1, 2 e 3.

O governo Collor é iniciado sob alto índice de conflitos. Em 1990, especialmente no primeiro semestre, foram registradas greves massivas e longas. Assim, apesar da queda do número de greves, a média de dias parados foi igual à do ano anterior, o mais alto desde 1978, o que expressa o grau de dificuldade de solução dos conflitos. Também o número médio de grevistas cresceu de 18 para 20 milhões, como reflexo da estratégia preferencial de greves de categorias, em detrimento do recursos aos conflitos segmentados.

Em 1991, a solução dos conflitos tendeu a ser um pouco mais rápida, revelando o recuo das estratégias de radicalização das negociações. Entretanto, a média de grevistas foi ainda mais alta no setor privado, atingindo os níveis do início da década anterior, quando era alta a proporção de greves por categoria. Com isso, o número de jornadas perdidas de 1991 foi praticamente igual ao de 1989, ano recorde, apesar do número de greves ter se reduzido a um terço daquele ano. Enfim, 1990 e 1991 têm alto índice de jornadas perdidas (devido a alta

duração das greves), mas índices declinantes de grevista (no segundo semestre) e de greves. É o início do fim do ciclo da transição política.

TABELA 2			
Jornadas perdidas por grandes setores (em milhares)			
Brasil, região urbana			
períodos	Público	Privado	Total
1978-84 crescimento	5593	4148	10845
1985-90 auge	98933	25047	130700
1991-92 declínio	100360	21891	124429
1993-97 estabilização?	16976	2603	21475
1978-84 crescimento	5,7	16,6	8,3
1985-90 auge	100,0	100,0	100,0
1991-92 declínio	101,4	87,4	95,2
1993-97 estabilização?	17,2	10,4	16,4

Fonte: 1978-91 NEPP/UNICAMP. Pesquisa: "Acompanhamento de Greves no Brasil"; 1992 DESEP/CUT; 1993-1998 DIEESE

* Os dados de 1993 a 1998 foram estimados com base no primeiro trimestre de cada ano.

Em 1992 houve queda expressiva de todos os indicadores. A redução das greves coincide com o período que vai da divulgação das denúncias sobre o governo Collor, em maio, até o *impeachment*, em setembro, e à posse definitiva do vice-presidente Itamar Franco. Isso demonstra a cautela do movimento sindical frente à instabilidade político-institucional. Evidenciam também que variáveis políticas têm impactos imediatos e expressivos no volume de greves. Mas é preciso lembrar que, ao mesmo tempo, a rápida ampliação do desemprego aumentava os riscos da deflagração de greves.

Da posse de Itamar Franco (dezembro de 1992) ao Plano Real (julho de 1994) e no ano seguinte a posse de Fernando Henrique Cardoso houve ligeira recuperação da atividade sindical. Mas no geral o período de 1992 a 1996 é de

relativa estabilidade. O ano de 1997 introduzi uma nova queda no volume: pouco mais de 2 milhões de jornadas perdidas, isto é o mais baixo índice desde 1978. A diferença que separa esses 20 anos de história grevista é a duração das greves, antes longas e hoje mais curtas, especialmente aquelas com maior número de trabalhadores envolvidos.

As greves no Brasil, como em grande parte dos países, sofrem variações anuais expressivas. Especialmente quando o número de greves cai (em 1997 ocorreram apenas 630), algumas poucas paralisações longas ou muito abrangentes afetam consideravelmente os indicadores de jornadas ou de dias parados. Da mesma forma, há variações expressivas ano a ano entre setores e categorias. Mas ao longo do período as diferenças entre os setores público (tradicionalmente com pequeno número de greves, mas mais longas abrangentes) e privado (maior número, mas curtas e com menor número de trabalhadores) tornaram-se menores.

As estatísticas referentes à década de noventa apontam para uma ruptura com o período anterior. Os Governos Collor, o Plano Real no governo Itamar e o governos Fernando Henrique Cardoso mudaram radicalmente as sinalizações para o movimento sindical: a abertura da economia brasileira e suas conseqüências para o ajuste das empresas; as demissões em massa que ocorreram a partir de 1990 e que, embora tenham tido algum refluxo, apontavam para a tendência crescente das taxas de desemprego; o controle inflacionário, que acabou com o envelhecimento precoce dos acordos.

A pauta sindical foi se alterando ao longo desse 20 anos, Mas foi com o governo Fernando Henrique Cardoso que a pauta mudou definitivamente. Até a Constituição de 1988 a opinião pública foi majoritariamente favorável à expansão

dos direitos do trabalho. A idéia da dívida social do período autoritário facilitou a estratégia sindical de expansão dos direitos do trabalho através da Constituição: ampliação da multa do FGTS, pagamento de um adicional 1/3 dos salários nas férias, a introdução do princípio contra a dispensa imotivada, redução da jornada de trabalho entre outros. Nos anos que se seguiram à Constituição até o início deste ano de 1998 não houve nenhuma mudança expressiva da legislação trabalhista e sindical brasileira. Os direitos constitucionais não foram revogados. Também não foram solucionadas as pendências da Constituição. Aquilo que exigia legislação complementar (proteção contra automação e contra a dispensa imotivada, por exemplo) continuou em suspenso (Noronha 1998). Mas a sinalização se inverteu. Até o final dos anos 80 predominava a idéia de ampliação dos direitos do trabalho através da lei. Nos anos 90 e principalmente a a partir de 1995 predomina de *desregulamentação*, com tudo que existe de vago e impreciso nesse termo.

A redução expressiva das taxas de inflação a partir de agosto de 1994 e o crescimento abrupto da taxa de desemprego em 1992 (passando de 11,7% para 15,2% na Grande São Paulo -- PED), com ligeira reversão nos anos de 93 e 94 e quase linearmente crescente a partir de 1995, atingindo 16,6 em dezembro de 1997 foram os dois indicadores econômicos responsáveis pela redução das greves. A queda expressiva do volume de conflitos em 1997, provavelmente resulta do efeito acumulado da estabilidade dos preços nos últimos anos, reduzindo o grau de renovação dos conflitos salariais e aumentando o risco do empregado nas ações grevistas, dado o volume crescente de desempregados somadas às mudanças expressivas da percepção pública e no meio político das tendências nacionais e internacionais do trabalho.

II O Debate sobre greves e algumas comparações internacionais.

Diversos países europeus passaram por grandes fluxos grevistas já no final do século passado (4). Há algumas décadas atrás, estudos comparados internacionais -- tais como o de (Ross and Hartman 1960) -- sobre greves discutiam se haveria uma tendência à diminuição das greves com a evolução das relações de trabalho. A previsão mostrou-se falha já na década de 60, quando diversos países apresentaram altos índices de greves - Tabela 3.

TABELA 3						
<u>Jornadas de trabalho perdidas em conflitos trabalhistas de Países Selecionados</u>						
<u>(médias anuais)</u>						
País	1961-65	1966-70	1971-75	1976-80	1981-85	1986-90
Alemanha	18,3	6,0	47,7	44,1	43,3	4,1
Áustria	85,4	11,9	14,7	2,1	1,8	1,2
Bélgica	63,0	144,8	195,8	183,2		
Dinamarca	107,6	42,7	354,5	75,9	262,3	79,6
Espanha	14,1 (d)	37,1	95,6	1089,8	400,9	433,6
Finlândia	143,7	104,8	595,5	520,7	271,2	343,2
França	146,3	134,0(a)	186,7	154,2	65,8	34,6
Grécia	32,1	48,1(b)			36,0	126,4(c)
Holanda	8,0	14,0	36,1	27,8	18,7	11,2
Irlanda	337,5	625,6	292,7	716,1	360,6	183,7
Itália	648,4	933,6	1063,9	940,0	536,8	218,2
Noruega	104,7	12,4	9,3	36,3	49,7	123,3

⁴ Há vários estudos internacionais comparados escritos a partir da década de 60 sobre greves no século XX, sendo que alguns deles trazem séries históricas para alguns países desde meados do século passado. Dentre eles, dois artigos apresentam sucintamente o debate: ver D.A.Hibbs (Hibbs 1976); (Korp and Shalev 1980). Poucos países latino-americanos dispõem de longas séries históricas de greves e, igualmente, poucos foram os estudos produzidos baseados em estatísticas. Um dos raros estudos comparados é o de (Zapata 1986), centrado nos casos da Argentina, Chile, México, Peru e Venezuela. A produção brasileira com estatísticas de greves também é pequena. O estudo de (Simão 1981), embora não trate exclusivamente de greves, foi pioneiro ao fazer a reconstituição das greves do final do século passado até 1940. (Sandoval 1993) produziu uma tese sobre as greves no Brasil de 1945 ao Golpe de 1964, recentemente publicada em inglês. Maria Hermínia Tavares de Almeida foi responsável pelo reinício da montagem de séries históricas a partir do ciclo grevista iniciado em 1978, e produziu uma série de artigos sobre o tema, entre eles (Tavares de Almeida 1984). Sobre o período de 1978 a 1987 há a dissertação de (Noronha 1992).

TABELA 3						
<u>Jornadas de trabalho perdidas em conflitos trabalhistas de Países Selecionados</u>						
<u>(médias anuais)</u>						
País	1961-65	1966-70	1971-75	1976-80	1981-85	1986-90
Rei.Unido	127,0	222,6	538,6	521,7	387,4	117,5
Suécia	3,8	33,0	65,,5	220.3	36,7	121,2
Suíça	2,7	0,2	0,9	2,6	0,4	0,3
(a) 1968 excluído						
(b) 1966-7 somente						
(c) 1986-8 somente						
(d) 1963-5 somente						
Fonte: OIT, <i>Year Book Of Labour Statistics</i> , apud (Ferner and Hyman 1992)						

A hipótese do fim das greves, ou de sua redução definitiva, têm sido retomada nos últimos anos, não propriamente em função da redução do conflito entre empregados e empregadores através de instituições eficazes, mas principalmente em função da própria redução dos trabalhadores industriais e da importância dos sindicatos. Entretanto, a maioria dos analistas tende hoje a encarar as greves como um fenômeno cíclico, não linear. A tabela acima demonstra isso para os casos de Espanha Finlândia, Grécia, Itália Reino Unido e Suécia..

Em função das previsões erradas do passado sobre o declínio inevitável dessa forma de conflito, poucos apostam hoje novamente nessa tese. Assim, as teorias sobre greves voltaram-se para a busca de explicações desse comportamento cíclico e que, grosso modo, não guarda nenhuma relação óbvia entre volume de conflitos e indicadores econômicos. As teorias que vincularam greves a taxas de emprego, salários, inflação, grau de centralização dos sindicatos, segmentos especiais tipicamente grevistas (como mineiros), presença de partidos de esquerda no poder, todas elas mostraram-se apenas parcialmente adequadas. Em alguns países, uma variável parece mais pertinente que em outros. Por exemplo, a tese de que as greves concentram-se em alguns segmentos parece adequada para

explicar a permanência de alto volume de conflitos no Reino Unido até os anos 70. Como disse (Franzosi 1995), o fenômeno das greves é bastante complexo e dificilmente sua explicação pode ser reduzida a uma variável⁵. O caso brasileiro não foge à regra.

Outro problema posto aos estudiosos do comportamento do conflito sindical advém do fato de que, ao lado do comportamento cíclico, alguns países sistematicamente apresentam volumes relativamente altos de conflitos, mesmo nas suas fases *anti-cíclicas* (por exemplo, Finlândia, Itália, Espanha pós-80, e Reino Unido), enquanto outros, mesmo nos seus momentos de pico, apresentam, comparativamente a outros países, volume relativamente baixo de greves, tais como Alemanha e Noruega e, ainda, outros vêm mantendo padrões baixos de greves.

No Brasil, o primeiro grande ciclo só foi ter início no final da década de 70. Uma rápida caracterização dos conflitos no Brasil indica que, para os padrões internacionais, o Brasil dos anos 80 foi um país com um *número* relativamente baixo de greves (quando ponderado pela sua força de trabalho), mas com *médias de grevistas* relativamente altas no setor de serviços (e média-baixa no setor industrial) e *alta duração das greves* (ainda mais acentuada no setor público), o que o transformou em um dos países com uma das maiores médias anuais (também ponderada pela força de trabalho) de jornadas não trabalhadas em função de greves -- ver tabela 3 (anterior) compara à tabela 7 (adiante).

Ou seja, as duas mil greves do auge dos anos 80 não são muitas se levarmos em conta o tamanho da força de trabalho brasileira, mas as quase 130

⁵ Para o caso italiano Franzosi encontra significância na correlação entre greves e desemprego, greves e taxa de sindicalização ou força sindical; encontra também evidências de que desenho institucionais sobre acordos coletivos (por exemplo duração dos contratos) influenciam nos ciclos de greves; considera ainda

milhões de jornadas perdidas (em média) do anos 1985-90 o são - Ver Tabelas 1 e 2, acima. Contudo, é preciso notar que a "pole-position" brasileira em número de jornadas perdidas deve-se fundamentalmente ao setor público. Na área privada, o Brasil está num nível intermediário nas comparações internacionais - embora também nesse setor as greves brasileiras se caracterizem por serem relativamente longas -- Cf (Noronha 1992).

Na década de 70, (Tilly 1978) argumentou que nos países ocidentais industrializados a *forma* da greves estava mudando, e não necessariamente o seu *volume*, como diziam outros analistas.

A partir da análise da evolução de três indicadores de greves, 1. "frequência" (isto é, número de greves de um período por 100.000 trabalhadores); 2. "gravidade" (jornadas perdidas dividido pelo número de grevistas, cujo significado é próximo ao de "média de dias parados"); 3. "dimensão (número de grevistas por 1000 trabalhadores), Tilly argumenta que as greves passaram a ser mais numerosas, mais abrangentes, mas, por outro lado mais curtas. Essa alteração foi razoavelmente generalizada e linear nos países europeus e foi representada pelo autor na forma de cubos -- ver abaixo.

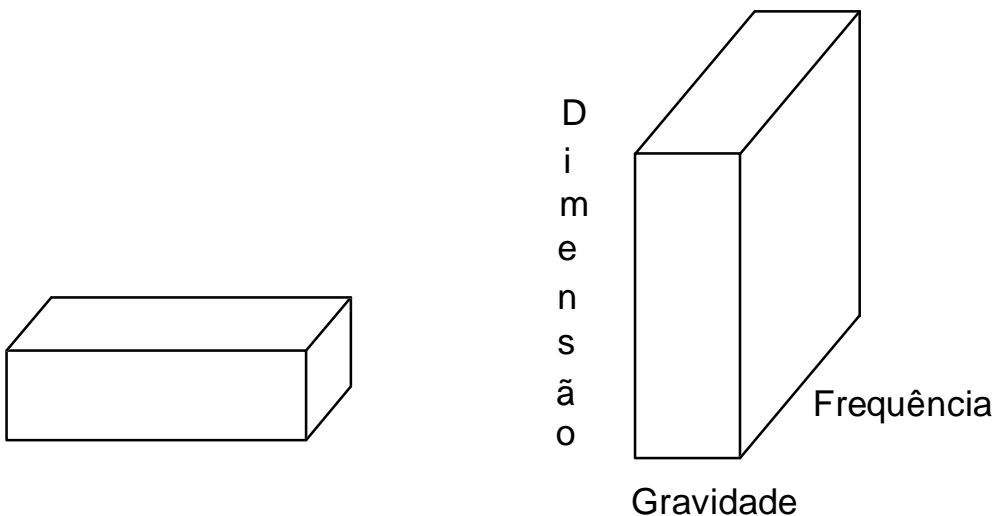
A passagem de um cubo ao outro representa a "modernização" da greve. O primeiro seria típico do conflito "selvagem" entre um grupo restrito de trabalhadores frente a empregadores que, respaldados ou não pela legislação do país, resistem ao direito de greve, à legitimidade da representação sindical e à negociação, e por essas razões se enfrentam em greves radicalizadas e extremamente longas. De forma genérica, expressa os movimentos do final do

relevante as mudanças de estratégias sindicais bem como ondas cíclicas de mobilização (não apenas trabalhista) da sociedade italiana.

século passado e do início deste. O segundo representa as paralisações dos pós-guerra quando a institucionalização do conflito, admitido como legítimo entre as partes, já não tem o sentido da busca do reconhecimento da representação sindical. Não há necessariamente uma redução do volume de conflitos, mas as greves se tornam mais curtas e em muitos países predominam as que duram apenas um dia. Por outro lado, as greves passam a ser mais frequentes, um fato cotidiano, e, não raro, abarcam grandes contingentes de trabalhadores organizados em sindicatos ou centrais sindicais.

INÍCIO DO SÉCULO

TENDÊNCIA DO PÓS-GUERRA



Outros autores, como (Poole 1986) por exemplo, embora não descartem a validade genérica da abordagem de Tilly, comprovam a dificuldade dos estudos comparados em estabelecer generalizações. As diferenças entre os países e a permanência de casos em que predominam greves de longa duração e que obviamente não se caracterizam como greves "selvagens" (os EUA, por exemplo),

podem ser explicadas não apenas por variáveis políticas ou relativas a ciclos econômicos de expansão e retração, mas, além disso, pelas características específicas dos modelos de negociação e das organizações sindicais e empresariais, dificultando as generalizações.

Assim parece ser o caso brasileiro. A longa duração de suas greves certamente contem (ou continha) um componente 'primitivo' no sentido de que em parte estava em jogo a legitimidade da representação sindical e o reconhecimento mútuo dos atores (sindicalistas, empresários e governo) como legítimos representantes nas negociações. Mais que isso, a própria prática da negociação estava sendo recriada nos anos 80 com a transição para a democracia.

De fato, hoje as greves são um pouco mais curtas que o foram em 1978 e bem mais breves que no auge do ciclo -- ver Gráfico 4 acima. Mas, é provável que as médias de hoje escondam desvios consideráveis da média, especialmente no setor privado, onde as greves de um dia proliferam (Tabela 4).

Tabela 4			
Porcentagem de greves com duração de até uma jornada em relação ao total de greves nos grandes setores			
Primeiro trimestre de 1993/5/7/8			
anos	Público	Privado	Total
1993	33%	27%	29%
1995	43%	42%	42%
1997	54%	57%	56%
1998	46%	53%	51%

Essa é uma mudança expressiva do padrão de conflitos no Brasil. Mas ela não parece estar vinculada a um aumento da eficácia dos mecanismos de solução de conflitos, tal como sugere parte da bibliografia. Ao contrário, as greves curtas têm sido proporcionalmente mais utilizadas nas reivindicações relativas a

emprego, as quais tendem a ser pouco atendidas, especialmente em momentos de ampliação do desemprego -- Tabela 5.

De todo modo, no setor privado, é de se esperar que a duração das greves não volte a crescer significativamente, seja por razões conjunturais, como as altas taxas de desemprego, ou estruturais, como a melhoria dos canais de negociação.

TABELA 5			
Comparação entre as reivindicações do total das greves (A) com as reivindicações das greves com duração inferior a uma jornada (B)			
	GREVES 1º TRIMESTRE DE 1993/5/7/8		
	Total das greves 1º trimestre	Só greves de até 1 jornada	
	(A)	(B)	(B - A)
remuneração direta ou indireta	41,7	32,5	-9,2
contra desrespeito à lei ou a acordos coletivos	48,4	44,7	-3,7
reivindicações relativas a emprego	13,3	30,3	17,0
participação nos lucros	6,5	6,3	-0,3
condições de trabalho (inclui segurança e saúde)	13,3	14,7	1,4
relacionadas ao poder sindical ou organizacional	6,5	6,6	0,1
reivindicações políticas (não dirigidas à empresa)	4,0	6,3	2,3
jornada de trabalho	5,0	5,6	0,7
Total de greves	100,0	100,0	
Total de greves (N)	707	320	
total de cláusulas	138,6	146,9	
Fonte: DIEESE, Banco de Dados Sindicais.			

No setor público a situação é mais imprevisível. Em diversos países como Itália, Alemanha e França assiste-se já há algum tempo a tercerização das greves, especialmente com o aumento dos conflitos no setor público -- Cf (Ferner and Hyman 1992), pag. XXX. No Brasil isso também se verifica. Apesar de ocorrerem menos greves no setor público, elas são sistematicamente maiores em termos de abrangência e duração, fazendo com que a maior parte das jornadas

perdas ocorra no setor público. A tabela acima demonstra também a tendência declinante da proporção de jornadas perdidas do setor privado.

Tabela 6			
Distribuição das Jornadas Perdidas por Grandes Setores			
	Público	Privado	Total
1978-84	51,6	38,2	100,0
1985-90	75,7	19,2	100,0
1991-92	80,7	16,6	100,0
1993-98 (média 1º trimestre)	87,8	12,2	100,0

Anthony Ferner e Richard Hyman sugerem um conjunto de hipótese para a tercerização do setor público tais como os atuais constrangimentos ao gasto público, a aplicação de procedimento gerenciais antes restritos ao setor privado e ainda o sentimento de segurança no emprego dos servidores públicos. Certamente tais hipóteses são também adequadas ao Brasil.

(Greves nos países da 3ª onda)

Na história recente, a Espanha foi o país que mais se assemelhou ao Brasil em número de conflitos (ver Tabela 7), também gerados a partir do processo de transição. As estatísticas internacionais sobre greves dificultam análises comparativas, dadas as diferenças de critérios utilizados. De qualquer forma, no período recente, os conflitos nos países de tradição democrática flutuaram em patamares inferiores. A exceção é a Itália. Também apresentaram alto volume de conflitos os países que passaram recentemente por transformações políticas de alguma forma de autoritarismo para regimes democráticos.

Segundo O'Donnell (1988), os regimes burocráticos-autoritários do Brasil e da Espanha diferenciaram-se dos casos argentino, uruguaio, boliviano,

chileno e grego pela conjunção do relativo sucesso econômico e da repressão menos intensa imposta pelos governos. Ainda segundo o autor, as marcas do passado serviram para delimitar as possibilidades de processos mais ou menos traumáticos, mais ou menos pactuados.

TABELA 7		
Jornadas perdidas por mil empregados Brasil, média anual dos períodos		
Jornadas perdidas por 1000 empregados		
Períodos	Brasil	Espanha
1961-65 (a)	sem informação	14,1
1966-70	sem informação	37,1
1971-75	sem informação	95,6
1976-80 (b)	243,4	1089,8
1981-85	421,7	400,9
1986-90	2279,0	433,6
1991-95	971,5	296,9
1996-97	129,4	sem informação

(a) 1963-5 somente
(b) 1978-80 somente

Fontes:
Brasil: construído a partir de dados NEPP, DIEESE, IBGE.
Espanha: (Ferner and Hyman 1992) para os anos 1961 a1990; (OIT 1997) para o período 1991-95. Força de trabalho espanhola considerada para o cálculo do período 1991-95 de 14.313.000, tendo como fonte (World Bank and Development 1995), pag 145.

Na Espanha, após a profunda crise econômica do final dos anos 50, as políticas de auto-suficiência econômica foram substituídas por novas estratégias dirigidas para a rápida industrialização e modernização da economia, através, entre outros fatores, do encorajamento da importação de capital estrangeiro em escala maciça e da persuasão da força de trabalho desempregada, particularmente do setor agrícola, para que emigrasse para as nações da CEE (Comunidade Econômica Européia) ou para as áreas industriais do país -- Cf. (Maravall and Santamaría

1988). *"A estratégia econômica revisada produziu alguns resultados espetaculares. Entre 1960 e 1970, o setor industrial da economia cresceu a uma taxa média anual de 15 por cento, o produto nacional bruto (PNB) e os salários reais duplicaram e a produtividade apresentou um crescimento médio anual de 7 por cento -- (Maravall and Santamaría 1988) pag. 114.*

O Brasil, a partir da década de 50 e, de forma mais clara, durante as décadas de 60 e 70, passou por rápido processo de urbanização e crescimento industrial concentrado em alguns pólos, especialmente a Grande São Paulo. Entre meados da década de 60 e 70 a economia cresceu a taxas médias superiores a 10%.

Ainda que a greve no Brasil entre 1968 e 1977 (e na Espanha até meados da década de 60) tenha sido inviabilizada fundamentalmente pela repressão, sua evolução posterior, no grau em que se deu, iniciada ao primeiro sinal do processo de liberalização, não pode ser entendida exclusivamente como resultado do aumento da tolerância às greves.

Os processos de abertura de no Brasil e na Espanha desvendaram potenciais de conflitos trabalhistas desconhecidos até então, ao contrário dos países cujos regimes autoritários foram responsáveis por freqüentes crises ou estagnação do crescimento econômico. A hipótese de Huntington de que os países da terceira onda de democratização, iniciada em Portugal, foi em grande parte impulsionada pelo crescimento econômico, parece particularmente apropriada para entendermos a explosão de demandas trabalhistas dos casos brasileiros e espanhol (Huntington 1994). O rápido crescimento econômico da década sob governos militares foi um dos fatores a levar a instabilidade desses regimes. É também característica comum desses países o fato de que, a despeito de toda a conjuntura internacional

desfavorável à deflagração de greves, tenham passado pelos ciclos mais intensos de greves deste século.

Na Espanha, após a "explosão" inicial, as greves atingiram o pico no período das principais transformações das normas político-institucionais, especialmente com a aprovação da nova Constituição (dezembro de 1978), após as eleições de março e a posse do primeiro governo de Suárez. Mais tarde, os conflitos declinam, mas mantêm-se em níveis médios-altos. No Brasil, o mesmo processo ocorreu 10 anos depois. A reconstrução da democracia formal foi acompanhada pelo aumento do conflito, especialmente no desfecho da transição, com a posse de Sarney. Nos anos seguintes, os debates sobre os temas relativos ao mundo do trabalho na Assembléia Nacional Constituinte foram marcados pela polarização entre "progressistas" e o "centrão". Não se pode vincular as greves aos temas em pauta na Constituinte. O que houve foi em ambos os países uma coincidência temporal entre as reformas político-institucionais e a efervescência das demandas sindicais.

A evolução das greves esteve bastante colada à conjuntura política e econômica de cada ano da década. Mas minha hipótese sustenta que além desse vínculo mais estreito com as conjunturas anuais, as características da transição política brasileira potencializaram a eclosão e a expressão dos conflitos trabalhistas.

A excepcionalidade do caso brasileiro quanto ao volume de conflitos especialmente entre meados de 80 e início dos 90 resulta, em primeiro lugar, da própria existência de um processo de transição política para a democracia. Tal processo implica naturalmente em mobilização da opinião pública e incentivos à ação coletiva. Esse é o elemento comum da maioria dos países com alto número de greves nos anos 70 e 80. Brasil e Espanha reuniram condições particularmente

favoráveis à eclosão de greves: a herança de um longo período autoritário; a instituição de processos de transição sob crises econômicas de médio porte, mas de economias complexas e recém saídas de *booms* econômicos. No Brasil, além disso, a economia fechada impediu a contaminação internacional do desemprego. O ajuste no Brasil só foi ter impactos negativos nos índices de desemprego a partir do governo Collor. Antes disso, a crise do início dos 80 havia sido entendida como uma crise recessiva de cunho nacional, e de fato operou-se como tal. Por fim, o longo processo hiperinflacionário foi um dos fortes incentivos às greves. Mas, acima de tudo, foi a transição política dos países da terceira onda e suas implicações em termos de mobilização da opinião pública e reintegração política dos sindicalistas e das forças de esquerda na vida política o elemento comum desse ciclo de greves. Essa hipótese exige futuras comprovações mais detalhadas com estudos comparados dos países europeus e latino-americanos que viveram transições políticas nos anos 70 e 80.

III - Macro, micro determinantes e reivindicações das greves

O histórico recente das greves no Brasil coloca problemas interessantes para o desenvolvimento de uma teoria da ação coletiva ou particularmente das greves. Isso porque no Brasil o fenômeno das greves atingiu níveis bastante altos, num país de baixa tradição grevista e sindical anteriores, num momento de grandes transformações políticas e de fortes variações dos indicadores econômicos. A explicação macro-política para este ciclo (a transição para a democracia) concorre com explicações micro-econômicas (as variações dos salários, do emprego e da inflação).

As explicações econômicas fundamentam-se no comportamento racional e individual dos atores na busca da maximização dos seus interesses. Essa é, por exemplo, a lógica que explica a capacidade inibidora de greves do desemprego.

De outro lado, a explicação política aqui proposta sugere um grau relativo de autonomia dos movimentos coletivos da opinião pública que tornam as categorias como um todo, independente de suas condições específicas de salário ou de competição por postos de trabalho, mais ou menos propensas à ação coletiva. Alguns autores⁶ relatados por (Franzosi 1995) mostram que os movimentos cíclicos das greves da Itália e outros países foram acompanhados por ciclos semelhantes de outras formas de protesto e participação. Assim, em países ou períodos de um mesmo país sob condições econômicas similares e sob condições organizacionais dos sindicatos também similares, as greves são percebidas pelos atores (e pela opinião pública) como mais ou menos pertinentes, sendo tal percepção, apesar dificilmente mensurável, o fator primordial na definição de um ciclo de greves. Essa parece ter sido a experiência dos países ocidentais da 3ª onda de democratização.

Mas isso não significa que os indicadores econômicos tradicionalmente tomados como determinantes das greves tenham sido irrelevantes para o caso brasileiro. Ao contrário, a excepcionalidade deste ciclo só pode ser explicada pela conjunção de fatores macroeconômicos e macro-políticos favoráveis às greves.

⁶ Ruud Koopmans 1993 "The Dynamics of Protest Waves: West Germany, 1965 to 1989" *American Sociological Review*, Vol. 57, nº5, pp. 637-58; David Snow & Robert Benford 1992 "Master Frames and Cycles of Protes" pp. 133-55, in Aldon D. Morrisand Carol Mcclurg Mueller (eds.) *Frontiers in Social Movement Theory*. New Haven: Yele University Press; e Sidney Tarrow !989 *Democracy and disorder. Protest and Politics in Italy 1965-1975*. Oxford: Claredon Press.

Na análise dos determinantes micro das greves é necessário distinguir as reivindicações das greves dos fatores que explicam a sua eclosão. Isto é, as reivindicações das greves expressam a pauta dos sindicalista, os temas que motivam as greves. Isso não significa que as greves possam ser explicadas pela flutuação dos indicadores dos temas de sua pauta.

Esse é o caso das reivindicações salariais. O fato de que a maior parte das reivindicações das greves brasileiras ser direta ou indiretamente salarial, desde 1978, não significa que os salários, ou mais precisamente, a flutuação dos salários reais, explicam a redução ou expansão do número de greves ou grevistas. Os salários são em toda parte permanentemente tema central das relações de trabalho e, freqüentemente, não só no Brasil, o principal motivo das greves. Salários reais crescentes ou declinantes podem igualmente motivar greves. E, no caso brasileiro, ao contrário do que o senso comum intui, as greves aumentam não quando os salários caem, mais quando sobem. Assim foi em todos os anos deste ciclo, ou ao menos de 1985 a 1993 (Gráfico 5) -- nos últimos anos (1994-97) não se pode dizer que essa lógica foi invertida já que as variações foram pouco expressivas.

Nos últimos 15 anos o conflito distributivo foi acirrado pelas constantes perdas salariais e pela contínua aceleração inflacionária, especialmente a partir de 1987, quando o país passou a viver no limiar da hiperinflação. As políticas salariais contencionistas dos governos militares não foram revertidas nos governos Sarney e Collor, salvo em curtos períodos. Os planos econômicos, se não impuseram perdas através de seus mecanismos de correção, acarretaram-nas durante o período de 'descongelamento'. Por tudo isso, a questão salarial foi forte incentivadora de conflitos, mesmo após o Plano Real, já que os resíduos de períodos

inflacionários passados mantiveram o tema em pauta. É natural que ela tenha ofuscado, e em várias segmentos impedido, a presença de demandas consideradas mais avançadas pelos sindicalistas, tais como sobre condições de trabalho, duração da jornada de trabalho, representação nos locais de trabalho ou mesmo sobre demissões.

Exatamente por isso, um período de expansão salarial pode também incentivar demandas. Assim ocorreu com o Plano Cruzado em 1986, especialmente com os metalúrgicos de São Paulo. Isto é, as greves são deflagradas quando a liderança e a base sindical acreditam ser possível obter ganhos salariais, não importando o quanto os salários são percebidos como baixos ou altos.

GRÁFICO 5

Relação entre Número de Grevistas e Rendimento Médio Real

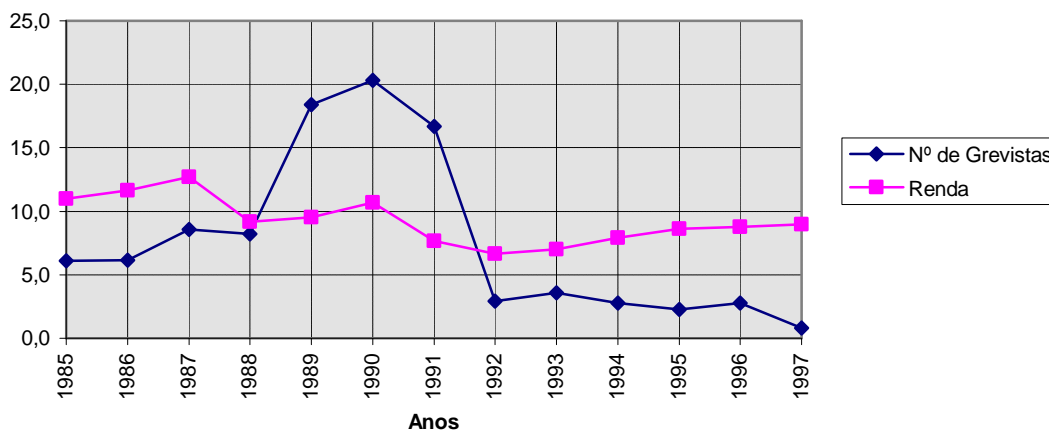
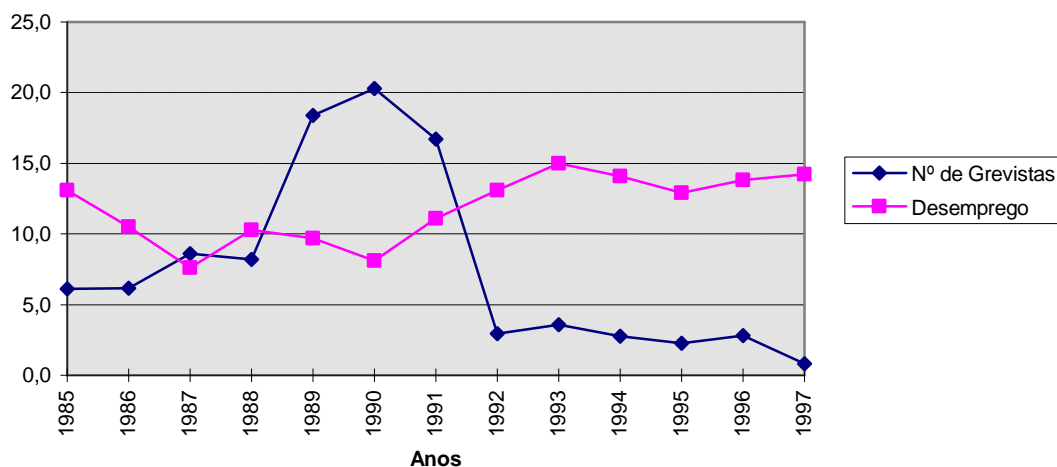


GRÁFICO 6

Relação entre Número de Grevistas e Taxa de Desemprego



Poderíamos ainda supor que a relação positiva entre salários e greves no Brasil, não se deve à oportunidade de ganho, como estamos argumentando. Os ganhos salariais seriam justamente resultado das greves. É razoável supor que as categorias grevistas ganharam mais ou perderam menos que as categorias não grevistas. Isso não nos permite inferir, entretanto, que as greves tenham sido capazes de afetar o comportamento dos indicadores da massa salarial média. É mais provável o oposto. A relação entre queda salarial e aumento de greves ou de aumento salarial devido às greves pode ser verdadeira em países onde o movimento sindical alia capacidade de organização com capacidade de centralização das negociações no nível nacional. No Brasil, a dispersão sindical e a baixa capacidade das centrais sindicais de coordenarem as negociações levam a que a lógica dos sindicatos isolados seja a de aproveitar os momentos favoráveis de ganhos e retraírem-se quando as reduções salariais pareçam ser dificilmente reversíveis.

Dados do período 1978-87 mostram que mais de 70% das greves apresentam alguma reivindicação relativa a salários. O segundo tipo de cláusula mais comum eram reclamos contra o não cumprimento de leis e acordos coletivos (cerca de 17% das greves) ou relativas a condições de trabalho. (de 10 a 20% conforme o ano). -- Cf. (Noronha 1992).

Porém, nos anos da crise de 1980-4 as reivindicações contra o desrespeito à lei (33,4%) se aproximaram das relativas a salários (47,2%). Esse fenômeno vem se repetindo desde 1995. Em 1997 as greves contra o desrespeito à lei ou aos acordos coletivos já alcançam 43% do total -- Tabela 8. Destas, a maioria contra o atraso de pagamento de salários.

Por fim, vale notar o crescimento expressivo das demandas relativas à participação nos lucros. Há evidências de uma expansão muito grande de cláusulas de participação nos lucros em acordos por empresas após a decretação da medida provisória de 1994 (DIEESE 1997d). As cláusulas de participação nos lucros foram inicialmente utilizadas como forma de negociação de perdas passadas. Mas, dado seu crescimento contínuo nas pautas, após 4 anos de estabilização monetária elas parecem expressar de fato novas formas de contratação salarial

TABELA 8					
Participação percentual das principais reivindicações dos movimentos grevistas em relação ao total de greves dos períodos					
Brasil, região urbana					
Período: 1993-97					
	1993	1994	1995	1996	1997
contra desrespeito à lei ou a acordos coletivos	23,7%	18,6%	36,8%	42,2%	43,0%
remuneração direta ou indireta	61,5%	76,8%	49,3%	40,1%	32,4%
participação nos lucros	n/d	n/d	9,2%	17,7%	15,1%
reivindicações relativas a emprego	11,6%	9,7%	10,2%	9,8%	14,4%
condições de trabalho (inclui segurança e saúde)	11,8%	8,6%	9,6%	9,8%	11,6%
jornada de trabalho	3,4%	3,3%	4,5%	11,5%	7,6%
relacionadas ao poder sindical	5,4%	8,2%	7,4%	2,8%	4,5%
reivindicações políticas (não dirigidas à empresa)	6,3%	2,9%	4,4%	0,7%	3,2%
Fonte: DIEESE, Banco de Dados Sindicais					

TABELA 9				
Distribuição das reivindicações das greves relativas contra o não cumprimento de acordo ou legislação (%)				
Primeiro trimestre de cada ano				
	1993	1995	1997	1998
atraso de pagamento do salário	28	21	49	50
atraso do 13º salário	11	3	19	18
não cumprimento de acordo/convenção coletiva	14	8	7	14
não cumprimento de outros dispositivos legais	11	5	5	8
Total das greves	100	100	100	100
(N)	(116)	(259)	(172)	(160)

Fonte: DIEESE, Banco de Dados Sindicais

É inegável o caráter desestabilizador da inflação nos acordos coletivos. As taxas de inflação altas e crescentes que caracterizaram a década de 80 (somadas aos choques econômicos) retiraram dos negociadores toda a capacidade de previsão econômica. Os acordos firmados foram rapidamente envelhecidos com a constante elevação dos preços, acima das previsões. Por exemplo, com frequência as antecipações salariais perderam seu valor no próprio mês em que foram conquistadas, em função de um surto inflacionário não previsto, exigindo novas e mais acirradas negociações entre empregados e empregadores.

Outro efeito, dos mais perniciosos para as negociações coletivas, é que quanto mais altas as taxas inflacionárias, mais acirrados se tornam os conflitos, já que os valores negociados giram em torno de 20%, 50%, ou mesmo 200% dos salários, como ocorreu em 1989 e até 1994. Na negociação, quem ganhava, ganhava muito, e quem perdia, perdia ainda mais. Não foram raras as greves, inclusive em empresas de grande porte, deflagradas com uma reivindicação de 100% de reajuste, solucionadas com um acordo de 40% ou 50%, quando a proposta inicial dos empresários era de 10%. No jogo, ou as partes blefavam ou perderam os parâmetros do que é razoável apostar. O mais provável é um misto de ambos, em que a perda de parâmetros acirra os ânimos dos negociadores.

Apesar da importância que os altos índices inflacionários têm no incentivo ao conflito, o ano da ruptura do ciclo grevista (1992) não corresponde ao ano da estabilização monetária (1994). Na verdade a inflação de 1992 superou largamente a taxa já elevada de 1991 (INPC acumulado no ano de 1149% em 1992 e de 475% 3m 1991). Assim, apesar das evidências de que o descontrole de preços de 1989 tenha sido um fator central para a definição do recorde grevista desse ano, não o foi nos anos de 1992, 93 e o primeiro semestre de 1994. A elevação das taxas de desemprego tiveram, ao lado das mudanças político-institucionais, papel importante na redução do índice de 1992.

O aumento das taxas de desemprego é indiscutivelmente um inibidor de greves, bem como a expansão do emprego propicia-lhe condições favoráveis. Essa têm sido uma das evidência mais comuns em todos os estudos nacionais sobre greves. No conflito capital-trabalho o recurso primário de poder dos empregadores é a oferta de empregos e dos empregados a decisão de trabalhar ou não. A demissão e a greve são portanto as armas básicas utilizadas.

A análise dos dados revela que houve relativa coincidência das variações da oferta de empregos com os fluxos e refluxos das greves. O período que vai de meados 1980 ao final de 1984, quando as taxas de desemprego atingiram altos níveis, foi de queda da atividade grevista. Posteriormente, a recuperação do crescimento econômico foi simultânea ao crescimento das greves. Mais tarde, com o Plano Collor houve queda apenas do número de greves, mas o número de grevistas e de jornadas manteve-se praticamente estável e nos níveis mais altos de toda a década.

Apesar de a conjuntura política do período 80-84 também sinalizar a necessidade de cautela aos sindicalistas, é inegável o impacto desarticulador das demissões desses anos, quando o movimento sindical ainda dava seus primeiros

passos organizacionais. Mais tarde, a posse do primeiro governo civil possibilitou a expressão de demandas reprimidas nos anos anteriores, e a retomada do crescimento econômico apenas facilitou a adesão às greves.

Até 1992, nos anos em que houve redução do desemprego houve expansão das greves, e vice-versa. Em 1993 o desemprego da grande São Paulo atingiu a marca de 15,% (valores de janeiro de cada ano no Gráfico acima), caindo um pouco nos dois anos seguintes e voltando a subir a partir de então. Mais do que o índice em si, a expectativa de crescimento do desemprego desde o início dos anos 90, e renovada nos dois últimos anos, tiveram forte impacto nas principais categorias grevistas do país, e, portanto, nos índices nacionais. A novidade do movimento sindical tem sido a realização de paralisações curtas, de menos de um dia, sobre temas relativos a emprego -- ver Tabela 5, acima.

À medida que a greve não seja entendida numa determinada sociedade como último recurso para a sobrevivência dos trabalhadores, mas como um recurso legítimo para a obtenção ganhos trabalhistas, e à medida que supomos que os trabalhadores estão sempre dispostos a melhorar sua posição e que os empregadores sempre resistem, em maior ou menor grau a isso, vê-se que o que importa para explicar a eclosão de greves é a percepção dos atores de que a greve pode trazer mais vantagens que desvantagens.

Se tais premissas são verdadeiras, as teorias econômicas explicativas das greves têm falhado ao medir a capacidade de explicação de variáveis como emprego, salário, inflação, taxa de sindicalização, entre outras. Importa menos (embora importem em algum grau) o nível salarial ou de emprego que a percepção desses níveis. Essa percepção por sua vez é ditada pelo passado recente. Por exemplo, os salários são percebidos como baixo quando sofrem quedas repentinas, ou se determinados segmentos estejam ganhando proporcionalmente mais que

outros. Assim, a eclosão de greves é fortemente determinada pela percepção de injustiças ou pelo entendimento de que o momento é oportuno para a obtenção de ganhos.

Da mesma forma é preciso distinguir os atores. Isto é, distinguir os sindicalista da base dos sindicato, já que seus interesses e percepções não são necessariamente os mesmos. Houve momentos na história brasileira recente em que os sindicalistas tentaram pressionar os trabalhadores à greve e não encontraram ressonância; em outros momentos ocorreu o oposto. Há uma tensão permanente entre as percepções e interesses político-partidários e político-sindicais dos líderes e as percepções e interesses imediatos da massa dos trabalhadores pouco identificada (ou frouxamente identificada) com partidos políticos ou centrais sindicais.

Por fim, é necessário distinguir quais são os determinantes de um ciclo de greves, isto é, as variáveis que explicam o nascimento, expansão e declínio das greves numa seqüência relativamente longa de anos, das variáveis que explicam o comportamento das greves dentro de um ciclo. Há variações consideráveis no volume de conflitos de um ano ao outro dentro de um mesmo ciclo. Há também aparentes reversões de tendências do ciclo num determinado ano, quedas dentro de um movimento ascendente ou crescimento quando a tendência do ciclo é de queda. Tais variações, embora imprevistas, não são casuais. Os anos de 1980-82 são bons exemplos disso no Brasil. Houve redução de conflitos expressiva em relação aos anos anteriores, mas dentro de um ciclo ascendente. A expectativa declinante de empregos e a instabilidade política são as variáveis que explicam essa reversão momentânea. Isso é também em parte verdade para o ano de 1992, quando os sindicalistas adotaram cautela frente a crise do governo Collor.

Brasil e Espanha, além de Portugal e Chile⁷, são casos os casos recentes que evidenciam a correlação entre greves e transições políticas. As teorias sobre greves raramente levam em conta a excepcionalidade desses momentos de instabilidade política e o potencial que trazem para a eclosão de conflitos do trabalho, tanto por razões do próprio processo político de constituição de novos ou renovados atores, como pelo fato de tais instabilidades serem acompanhadas por instabilidade econômica.

Antes de se falar em 'determinantes', em 'causas' das greves ou nas razões pelas quais seu volume aumenta ou diminui, é necessário lembrar de certas pré-condições da sua difusão. São, digamos, os macro determinantes dos ciclos de greves. A greve é um fenômeno típico das sociedades industriais e democráticas. Existem e existiram greves em sociedade com regimes autoritários ou de produção predominantemente agrícola (8), mas sua generalização esteve associada à industrialização e dependeu de condições democráticas.

Assim foi também no Brasil, onde o volume de greves tendeu a aumentar ao longo do século (como resultado natural do aumento do potencial de conflitos com o os processos de urbanização e industrialização), mas com bruscas e evidentes interrupções nos governos autoritários.

A delimitação no tempo do que chamamos aqui de 'ciclo de greves' é baseada primordialmente nesses dois elementos: um determinado nível e padrão de industrialização e uma determinada forma de governo. Isto nos permite separar a história das greves no Brasil em diferentes ciclos: O do 'Estado Novo', o de 1945-

⁷ Para o caso do Chile ver (Duquette 1998). O autor mostra que no Chile o número de greves foi se ampliando desde 1983 (41 greves) até chegar nos anos 90 com cerca de 450 greve -- Cf. pag 317.

⁸ A pesquisa "Acompanhamento de Greves no Brasil" do NEPP/UNICAMP não inclui greves rurais. Sabe-se entretanto, com base nos dados do MTb e do DIEESE que seu número é bastante reduzido se comparado às greves urbanas.

64, e o dos 'Governos Militares'. Este último 'ciclo' não se encerra com o fim do governo Figueiredo, mas antes, em 1978, quando os trabalhadores forçam o início do processo de democratização das relações de trabalho antes do que previa o projeto militar de abertura política.

Cada um desses ciclos pode ser subdividido. Por exemplo, o dos Governos Militares deve ser analisado em duas fases. A primeira de 1964 a 1968 quando algumas greves ainda eram toleradas e a segunda de 1969 a 1977, quando foram praticamente eliminadas.

O atual ciclo de greves, iniciado em 1978, envolve alguns sub-períodos: início-expansão (1978-1984) apogeu (1984-1991) e retração (1992-1997). É possível que esse último período de retração seja melhor descrito como de acomodação à medida que o volume de greves se estabilize em padrões médios de conflitos (de 500 a 1000 greves ao ano com cerca de 1 ou 2 milhões de grevistas), considerando o tamanho da força de trabalho brasileira e a diversidade de nosso sistema produtivo.

BIBLIOGRAFIA CITADA

- DIEESE. 1997d. "Participação nos lucros e resultados: um painel das negociações." *Boletim Dieese* ano XV:7-14.
- Duquette, Michel. 1998. "The Chilean Miracle Revisited." *The Journal of Socio-Economics* 27:299-321.
- Ferner, Anthony, and Richard Hyman. 1992. "Introduction: Industrial Relations in the New Europe." Pp. XVI-XLVIII in *Industrial Relations in the New Europe*. Oxford: Blackwell.
- Franzosi, Roberto. 1995. *The Puzzle of Strikes - class and State Strategies in Postwar Italy*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Hibbs, D.A. 1976. "Industrial Conflict in Advanced Industrial Society." *American Political Science Review* 70:1033-58.
- Huntington, Samuel. 1994. *A Terceira Onda - a democratização no final do século XX*. São Paulo: Ática.
- Korp, W., and M. Shalev. 1980. "Strikes, Power and Politics in Western Nations: 1900-1976." in *Political power and social theory: a research annual*, edited by Maurice Zeitlin. Greenwich, Conn: Jai Pr, c.
- Maravall, José Maria, and Julián Santamaría. 1988. "A mudança política na Espanha e perspectivas de democracia." Pp. 110-159 in *Transições do Regime Autoritário: Sul da Europa.*, edited by Guillermo O'Donnell, Phillippe C. Schmitter, and Lawrence Whitehead. São Paulo: Vértice.
- MTb. 1987. "O Movimento Trabalhista Recente." Pp. 171-184 in *Mercado de Trabalho Brasileiro - Estrutura e Conjuntura*, edited by Cláudio Salm (coord). Brasília: Ministerio do Trabalho, Instituto de Economia Industrial/UFRJ.
- Noronha, Eduardo. 1992. "Greves na Transicao Brasileira." : UNICAMP.
- Noronha, Eduardo Garuti. 1998. "O Modelo Legislado de Relações de Trabalho e seus Espaços Normativos." Pp. 241 in *Departamento de Ciência Política*. São Paulo: USP - Universidade de São Paulo.
- OIT, Organização Internacional do Trabalho. 1997. *Year Book of Labour Statistics*. Genebra: OIT.
- Poole, Michael. 1986. *Industrial relations: origins and patterns of national diversity / foreword by George Strauss*. London: Routledge & Kegan Paul.
- Ross, A., and P. Hartman. 1960. *Changing Patterns of Industrial Conflict*. New York: Wiley.
- Sandoval, Salvador A. M. 1993. *Social change and labor unrest in Brazil since 1945*. Boulder, Colo: Westview Press.
- Simão, Azis. 1981. *Sindicato e Estado*. São Paulo: Ática.

- Tavares de Almeida, Maria Hermínia. 1984. "Novas Demandas, Novos Direitos: experiências do sindicalismo paulista na última década." *Dados - Revista de Ciências Sociais* 26:265-290.
- Tilly, Charles. 1978. *From mobilization to revolution*. New York: McGraw-Hill.
- World Bank, The , and The International Bank for Reconstruction and Development. 1995. *Workers in an Integrating World*. Washington, D.C.: Oxford University Press.
- Zapata, Francisco. 1986. *El conflicto sindical en América Latina*. México, D.F: Colegio de México, Centro de Estudios Sociológicos.